

**REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 9.709 - DF (2019/0385912-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : EDUARDO DE OLIVEIRA SAEZ  
**REQUERENTE** : TEIXEIRA E LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS  
SOCIEDADE SIMPLES  
**REQUERENTE** : MENDES PLUTARCO ADVOCACIA E CONSULTORIA  
**ADVOGADO** : HUGO MENDES PLUTARCO E OUTRO(S) - DF025090  
**REQUERIDO** : UNIÃO  
**REQSTE** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO**

Trata-se de requisitório oriundo da ExeMS 6318/DF (2010/0014739-7), expedido em favor de EDUARDO DE OLIVEIRA SAEZ, TEIXEIRA E LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES e MENDES PLUTARCO ADVOCACIA E CONSULTORIA, estes beneficiários de destaque de honorários.

Intimada acerca de regularidade formal, a parte requerida não se opôs. Informou, porém, que requereu nos autos principais o decote/abatimento dos honorários sucumbenciais fixados em seu favor quando do pagamento da requisição.

Em parecer, o Ministério Público Federal opinou pela "suspensão da requisição, no tocante ao valor dos honorários sucumbenciais, e pelo pagamento da quantia incontroversa".

É o relatório. Decido.

O caso dos autos se enquadra na hipótese do art. 11 da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014, uma vez que demanda apreciação jurídica a ser dirimida perante o juiz da execução, como apontado pelo MPF.

Entretanto, não se pode permitir que a entrega da prestação jurisdicional seja postergada ainda mais em razão de pleito da parte devedora. Há que se levar em conta que na maioria dos casos os beneficiários acabam por receber o valor que lhes é devido apenas após longos anos de tramitação judicial.

Diante do exposto, e considerando a concordância manifestada em relação à regularidade formal, **determino o pagamento** desta requisição com **bloqueio parcial** relativo aos honorários sucumbencias, condicionado à existência de dotação orçamentária, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em

# *Superior Tribunal de Justiça*

instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 13, I, da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente